



PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

Marilândia

VERSÃO: v3.0

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 03/2025

EXEMPLAR PERTENCENTE A: Prefeitura Municipal de
Marilândia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 Documento de Aprovação.....	4



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



1.2 Registro de Alterações.....	4
1.3 Página de Assinaturas.....	
5 2 OBJETIVOS E PLANEJAMENTO.....	6
2.1 Objetivos Específicos.....	6
2.2 Planejamento.....	6 3
SITUAÇÃO E ÁREA.....	7
3.1 Situação.....	7
3.2 Áreas de Risco de acordo com Levantamentos da CPRM.....	9
3.2.1 Áreas com Risco muito Alto e Alto e o novo ISR.....	12
3.2.2 Áreas com Risco Baixo e Médio.....	13
3.2.3 Cartografias de Risco Geológico – Sede e Distritos.....	15
3.2.4 Conclusão do Relatório emitido pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM)....	17
3.3 Demais Áreas de Risco.....	17
4 ESTRATÉGIAS.....	18
4.1 Plano de Prevenção e Desastres da Defesa Civil.....	18
4.1.1 Medidas Preventivas.....	19
4.1.2 Identificação dos Riscos e Monitoramento.....	19
4.1.3 Acionamento de Recursos.....	20
4.1.4 Mobilização e Deslocamento dos Recursos.....	21
4.2 Avaliação de um Desastre e Ações de Resposta.....	21
4.2.1 Avaliação de um Desastre.....	21
4.2.1.1 Dimensionamento do Evento e da Necessidade de Recursos.....	21
4.2.1.2 Instalação do Gabinete de Crise.....	21
4.2.1.3 Organização da Área Afetada.....	22
4.2.1.4 Procedimentos Administrativos e Legais decorrentes da situação de anormalidade (Decretação de SE ou ECP e elaboração de documentos).....	22
4.2.2 Resposta	22
4.2.2.1 Ações de Socorro.....	23
4.2.2.1.1 Busca e Salvamento.....	23
4.2.2.1.2 Primeiros Socorros e Atendimento Pré-hospitalar.....	23
4.2.2.1.3 Atendimento Médico e Cirúrgico de Urgência.....	23
4.2.2.2 Evacuação.....	
23 4.2.2.3 Assistência às Vítimas.....	23 4.2.2.3.1
Cadastramento.....	23
4.2.2.3.2 Abrigamento.....	23
4.2.2.3.3 Recebimento, organização e Distribuição de Doações.....	24
4.2.2.3.4 Manejo de Vítimas.....	24
4.2.2.3.5 Atendimento aos Grupos com Necessidades Especiais.....	24
4.2.2.3.6 Mobilização adicional dos Recursos.....	24
4.2.2.4 Solicitação de Recursos de Outros níveis (estadual e federal).....	24
4.2.2.5 Suporte às Operações de Resposta.....	24



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



4.2.2.6 Atendimento ao Cidadão e à Imprensa.....	25
5 REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS.....	25
5.1 Recuperação de Infraestrutura.....	25
6 ATRIBUIÇÕES.....	25
6.1 Atribuições Gerais.....	25
6.2 Preparação para a Emergência e Desastre.....	26
6.3 Resposta aos Desastres.....	26
6.4 Reconstrução.....	26
7 MEDIDAS A SEREM TOMADAS EM HIPÓTESE DE DESASTRE.....	26
7.1 Isolamento e Segurança da Área atingida.....	26
7.2 Busca e Salvamento na ocorrência de sinistros.....	26
7.3 Atendimento Pré-hospitalar.....	26
7.4 Atendimento Médico Hospitalizado.....	27
7.5 Cadastramento de Vítimas.....	27
7.6 Divulgação de Informações para a Imprensa.....	27
7.7 Ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológica.....	27
7.8 Reabilitação dos Serviços Sociais.....	27
7.9 Descontaminação, Desinfestação e Desinfecção das Áreas atingidas.....	28
7.10 Remoção, Identificação, Tratamento e Sepultamento de Cadáveres.....	28
7.11 Avaliação de Danos.....	28
8 ORGANIZAÇÃO NO ACIONAMENTO DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NO ATENDIMENTO AO DESASTRE.....	29
9 SCO – SISTEMA DE COMANDO EM OPERAÇÕES.....	29
10 ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE COMANDO EM OPERAÇÕES – SCO	30
11 RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS.....	30
12 COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.....	31
12.1 Coordenador.....	31
12.2 Gerente de Operação.....	31
12.3 Gerente de Logística.....	31
12.4 Gerente de Prevenção e Preparação.....	31
12.5 Agentes de Proteção e Defesa Civil.....	31
12.6 Corpo de Voluntários.....	32
13 ÁREAS DE ABRIGO TEMPORÁRIO.....	32
14 HELIPONTOS.....	32



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



1. INTRODUÇÃO

1.1 Documento de Aprovação

O **Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil** para deslizamentos de grande impacto, enchentes ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos do município de Marilândia estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos direta ou indiretamente na resposta a emergências e desastres relacionados a estes eventos naturais.

O presente plano foi elaborado e aprovado pelos órgãos e instituições integrantes do sistema municipal de defesa civil de Marilândia, identificados na página de assinaturas, os quais assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência que lhes é conferida, bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias ao desempenho das atividades e responsabilidades previstas neste Plano.

1.2 Registro de Alterações

3ª ATUALIZAÇÃO: 03/2025 ANDRÉA CHIESQUINI PICOLI ZAGOTTO

Assessora Especial de Gabinete

EDSON RODRIGUES

Diretor de Proteção e Defesa Civil

3ª EDIÇÃO: 03/2025 ANDRÉA CHIESQUINI PICOLI ZAGOTTO

Assessora Especial de Gabinete

EDSON RODRIGUES

Diretor de Proteção e Defesa Civil



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



1.3 Página de Assinaturas

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal de Marilândia

EDSON RODRIGUES
Diretor de Proteção e Defesa Civil de Marilândia



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



2. OBJETIVOS E PLANEJAMENTO

O Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil – PLAMCON para o município de Marilândia, estabelece os procedimentos a serem adotados e seguidos pelos órgãos envolvidos, através de uma comunicação integrada e rápida, de chamada ou de “stand by”, na prevenção e nas respostas as emergências e desastres, quando tais atuam diretamente ou indiretamente.

Recomenda e padroniza as ações de prevenção como: o monitoramento, alerta e alarme e as ações de resposta como: ações de socorro, ajuda humanitária e reabilitação de cenários, a fim de preservar a vida dos habitantes, prevenir perdas físicas e econômicas, por parte pública e privada, manter ou restabelecer a situação de normalidade do município.

2.1 Objetivos Específicos

- Combater sinistros;
- Socorrer e assistir a população vitimada; reabilitar os cenários de desastres; restabelecer, o mais rápido possível, os serviços públicos essenciais e o moral da população; envolver os mais diversos Órgãos Públicos: Municipais, Estaduais e Federais do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e os mais diversos segmentos da sociedade organizada e das comunidades;
- Focar as ações de prevenção e socorro para as áreas consideradas vulneráveis ao desastre, principalmente relacionados com os efeitos naturais (chuvas prolongadas ou súbitas, enxurradas, chuvas de granizo, vendavais e estiagem no intuito de melhor controlar e empregar os recursos disponíveis dos órgãos competentes, visando reduzir a vulnerabilidade, evitando danos humanos);
- Preservar vidas e restabelecer a situação de normalidade no Município, no menor prazo possível;
- Preservar o município e as comunidades vulneráveis para as situações críticas do período chuvoso e outros eventos naturais.

2.2 Planejamento

Para elaboração do PLAMCON foram consideradas as áreas de risco e dos cenários de risco identificados como prováveis e relevantes caracterizados como hipóteses de desastre.

Foram consideradas as condições e limitações presentes:

- A capacidade de resposta dos órgãos de emergência não sofre alterações significativas nos períodos noturnos, de feriados e de final de semana,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



enquanto os demais órgãos dependerão de um plano de chamada para sua mobilização nos períodos fora do horário comercial;

- O tempo de mobilização de todos os órgãos envolvidos neste plano é de no máximo duas horas, independente do dia da semana e do horário do acionamento;
- A mobilização dos órgãos estaduais de emergência ocorrerá em seis horas após ser autorizada;

3. SITUAÇÃO E ÁREA

O Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil – PLAMCON, para deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas e processos geológicos ou hidrológicos correlatos do município de Marilândia foi desenvolvido a partir da análise das avaliações e mapeamentos de risco efetuados e dos cenários de risco identificados como prováveis e relevantes, caracterizados como hipóteses de desastres. Levando em consideração alguns pressupostos para o planejamento, que são premissas adotadas para o Plano e consideradas importantes para sua compreensão e utilização.

Na preparação para emergência, resposta, assistência e reconstrução de cenários atingidos, exige equipe de profissionais preparados, em suas respectivas áreas de atuação, para desempenharem efetivamente as ações contidas no Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil.

Somente de forma bem coordenada, a conjunção de esforços se traduzirá na mitigação ou minimização dos impactos sobre as populações. Dessa forma, a coordenação geral das ações propostas neste Plano, quanto às operações de emergência e/ou resposta aos desastres, será desempenhada pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

3.1 Situação

Marilândia está localizado à latitude Sul de 19° 24' 53" e longitude Oeste de Greenwich, de 40° 32' 9", na região Norte do estado do Espírito Santo, a 147 km da capital do Espírito Santo, Vitória.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, o Município de Marilândia possui cerca de 327 km² e população de 12.202 habitantes (IBGE, 2022). Está localizado na Região Geográfica Intermediária de Colatina e é formado pela Cidade de Marilândia, pelo Distrito de Sapucaia e o Povoado de São Marcos.

Ribeiro (2022) criou e calculou o Índice de Setorização de Risco (ISR) dos municípios do Estado do Espírito Santo no período entre 2011 e 2020. No caso de Marilândia, em 2014, o ISR = 648.

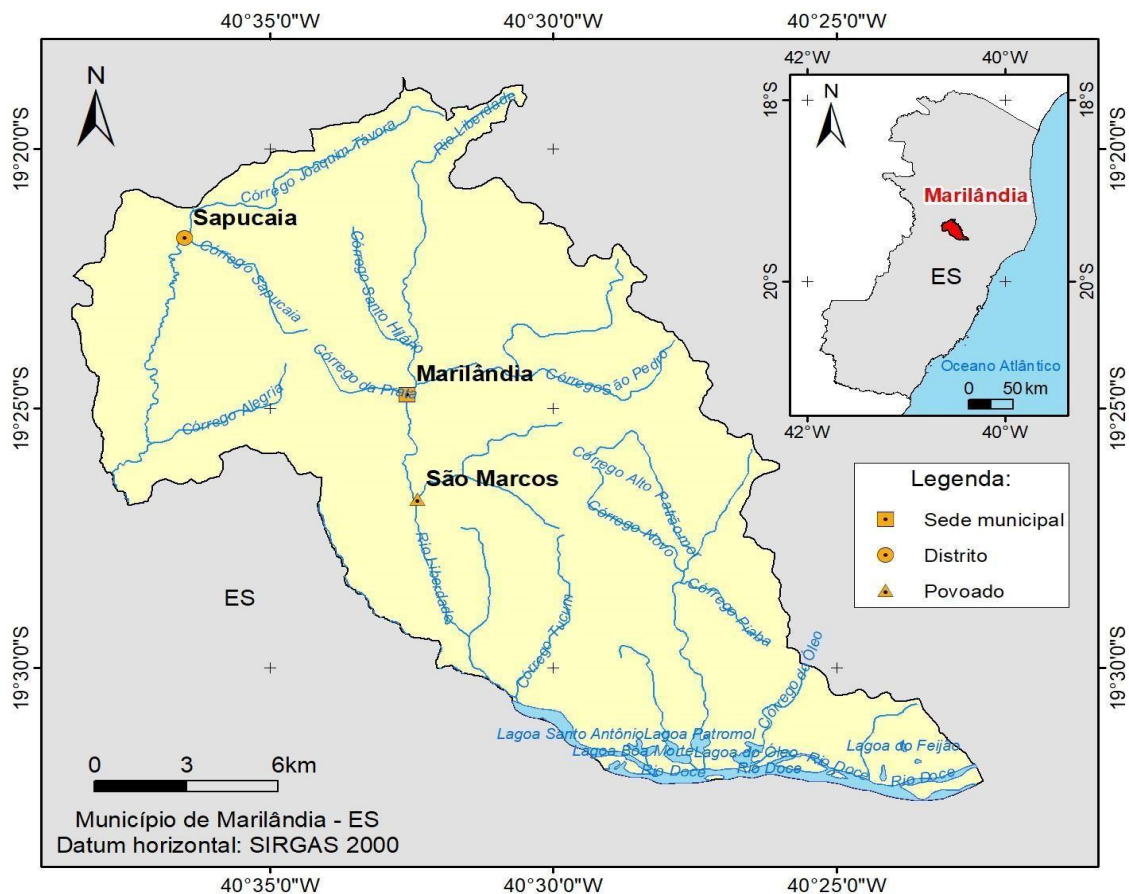


PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



Possui também trinta e duas comunidades:

- | | |
|--------------------|-------------------|
| 1. Alegria | 17. Santa Cruz |
| 2. Alto Liberdade | 18. Santa Rosa |
| 3. Alto Patrão-Mór | 19. Santana |
| 4. Aparecida | 20. Santo Hilário |
| 5. Batista | 21. São Bento |
| 6. Boa Vista | 22. São José |
| 7. Boninsegna | 23. São Marcos |
| 8. Brejal | 24. São Pedro |
| 9. Germano | 25. São Roque |
| 10. Gracilândia | 26. Sapucaia |
| 11. Limoeiro | 27. Saúde |
| 12. Pastinho | 28. Seis Horas |
| 13. Patrão-Mór | 29. Sumidouro |
| 14. Queixada | 30. Taquara |
| 15. Rádio | 31. Taquarussu |
| 16. Santa Cecília | 32. Távora |





PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



De acordo com a última atualização da Classificação Climática de Köppen e Geiger (1928) feita por Alvares et al. (2014), a cidade de Marilândia está classificada com o clima do tipo “Aw”, ou seja, clima tropical chuvoso, com estação seca no inverno. A temperatura média do mês mais frio é superior a 18°C e a precipitação média do mês mais seco é inferior a 60mm.

A média anual de precipitação no município de Marilândia é de 1.135,6 mm, sendo sazonalmente dividido em dois períodos. Um chuvoso, entre os meses de outubro a abril, com um total de 962 mm, o que corresponde a 84,7% do total acumulado anual e um período menos chuvoso entre os meses de maio a setembro, com um total de 173,6 mm que corresponde a 15,3 % do total.

O município está inserido na bacia hidrográfica do rio Doce, tendo como principais rios: o Rio Liberdade e o Rio Graça Aranha.

3.2 Áreas de Risco de Acordo com levantamentos da CPRM

De acordo com a atualização do mapeamento de áreas de risco geológico e hidrológico executado no Município de Marilândia entre os dias 29 de junho e 03 de julho de 2023, pela SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (SGB-CPRM) foram identificadas 27 áreas com riscos alto e muito alto associadas a deslizamentos e processos erosivos em três perímetros urbanos: Marilândia, Sapucaia e São Marcos. Em relação ao mapeamento anterior, realizado em 2014, os resultados atuais mostram que houve aumento considerável nas áreas de risco no território municipal e diminuição nos números de edificações e pessoas residentes nessas regiões. Portanto, o Índice de Setorização de Risco de Marilândia sofreu alteração com o novo mapeamento.

Todas as áreas de risco cartografadas pelo SGB-CPRM em Marilândia no ano de 2014 foram reavaliadas durante a execução deste trabalho e os resultados estão sumarizados nos quadros 6 e 7. O quadro 8 mostra os resultados obtidos no mapeamento realizado em 2023.

Quadro 6 – Comparação dos mapeamentos de risco realizados no município.

Grau de risco	Ano de 2014*			Situação em 2023		
	Número de áreas de risco mapeadas	Número aproximado de imóveis em áreas de risco	Número aproximado de pessoas em áreas de risco	Número de áreas de risco mapeadas	Número aproximado de imóveis em áreas de risco	Número aproximado de pessoas em áreas de risco
Alto	01	200	1200	24	171	654
Muito alto	03	175	750	03	41	153



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



TOTAL	04	375	1.950	27	212	807
-------	----	-----	-------	----	-----	-----

*Informações extraídas do mapeamento de 2014.

Quadro 7 – Resultado da reavaliação das áreas de risco do mapeamento anterior.

Ano de 2014*			Situação em 2023
Código do setor	Grau de risco	Processo(s)	
ES_MAR_SR_01_CPRM	Alto	Inundação	O setor foi excluído pois o último registro do fenômeno foi em 2013. Portanto o grau de risco da área não é mais alto.
ES_MAR_SR_02_CPRM	Muito alto	Deslizamento planar	Houve considerável alteração do setor, o que resultou em novos e menores setores no atual mapeamento.
ES_MAR_SR_03_CPRM	Muito alto	Deslizamento planar	Houve considerável alteração do setor, o que resultou em novos e menores setores no atual mapeamento.
ES_MAR_SR_04_CPRM	Muito alto	Deslizamento planar	A área abrangida pelo setor foi modificada.

*Informações extraídas do mapeamento de 2014.

Quadro 8 - Setores com riscos alto e muito alto cartografados no Município de Marilândia em 2023.

Código do setor	Grau de risco	Processo(s)	Logradouro	Número aproximado de imóveis	Número aproximado de pessoas
ES_MARILAN_SR_001_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Bairro Pôr do Sol - Conjunto Habitacional - Rua Hermínio Passamani	2	7
ES_MARILAN_SR_002_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado, Erosão	Bairro Pôr do Sol - Conjunto Habitacional - Rua Hermínio Passamani	10	38
ES_MARILAN_SR_003_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Bairro Pôr do Sol - Conjunto Habitacional - Rua Agostinho Astori	12	44
ES_MARILAN_SR_004_CPRM	Muito alto	Deslizamento não especificado	Bairro Centro - Ruas Luiz Fregona e Otávio Perim e Beco 02	25	88



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



ES_MARILAN_SR_005_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Bairro Centro - Rua Verjina Pagonini Tozi	8	32
ES_MARILAN_SR_006_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Bairro Centro - Ruas do Rosário e Juyres Molini	10	48
ES_MARILAN_SR_007_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Bairro Centro - Rua Espírito Santo	6	24

ES_MARILAN_SR_008_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Bairro Centro - Rua Vitalino Ferreira	3	9
ES_MARILAN_SR_009_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Bairro Centro - Rua Padre José de Souza Brasil	3	12
ES_MARILAN_SR_010_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Bairro Centro - Rua Padre José de Souza Brasil	1	5
ES_MARILAN_SR_011_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Bairro Centro - Ruas Cônego João Guilherme e Tarcisio Morosini	2	7
ES_MARILAN_SR_012_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Bairro Centro - Rua César Altoé	13	56
ES_MARILAN_SR_013_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Bairro Centro - Ruas Margareth Lorenzoni e Amélia Demartins Catelan	19	76
ES_MARILAN_SR_014_CPRM	Muito alto	Deslizamento não especificado	Bairro Centro - Ruas Carolina Calman Altoé e José Paier	4	20
ES_MARILAN_SR_015_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Bairro Centro - Rua José Paier	9	34
ES_MARILAN_SR_016_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Distrito de Sapucaia - Rua paralela à Rodovia Mário Catelan	3	11
ES_MARILAN_SR_017_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Distrito de Sapucaia - Rua perpendicular à Rodovia Mário Catelan	4	15
ES_MARILAN_SR_018_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Distrito de Sapucaia - Avenida Vicente Padovan	4	12
ES_MARILAN_SR_019_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Distrito de Sapucaia - Rua perpendicular à Rua Sebastião Falcão	4	14
ES_MARILAN_SR_020_CPRM	Muito alto	Deslizamento planar, Erosão laminar	Povoado São Marcos - Rua Córrego São Marcos	12	45
ES_MARILAN_SR_021_CPRM	Alto	Erosão de margem fluvial	Povoado São Marcos - Rua Córrego São Marcos	3	10
ES_MARILAN_SR_022_CPRM	Alto	Erosão de margem fluvial	Povoado São Marcos - Estrada rural	2	8



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



ES_MARILAN_SR_023_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Povoado São Marcos - Rua perpendicular à Rodovia Estadual Cônego João Guilherme Koltegen	14	52
ES_MARILAN_SR_024_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado, Erosão de margem fluvial	Povoado São Marcos - Rua perpendicular à Rodovia Estadual Cônego João Guilherme Koltegen	20	74
ES_MARILAN_SR_025_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Povoado São Marcos - Rua perpendicular à Rodovia Estadual Cônego João Guilherme Koltegen	9	32
ES_MARILAN_SR_026_CPRM	Alto	Deslizamento em cunha	Povoado São Marcos - Rua perpendicular à Rodovia Estadual Cônego João Guilherme Koltegen	8	27
ES_MARILAN_SR_027_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Povoado São Marcos - Rua perpendicular à Rodovia Estadual Cônego João Guilherme Koltegen	2	7

3.2.1 Áreas com risco muito alto e Alto e o novo ISR

Em 2023, o Índice de Setorização de Risco de Marilândia é de 677.

Os setores de risco de Marilândia são caracterizados por elementos naturais e antrópicos que propiciam a ocorrência de desastres de caráter geológico e/ou hidrológico. Há taludes de corte próximos ou juntos de construções na sede municipal (Figuras 4, 5, 6 e 7) e no distrito e povoado mapeados (Figuras 8 e 9). Portanto, estas podem ser afetadas por deslizamentos em períodos de intensa e/ou prologada precipitação pluviométrica. Foi o que aconteceu em dezembro de 2013, o que provocou destruição parcial de moradias.

Figura 4 – Construções próximas do talude de corte na sede municipal.

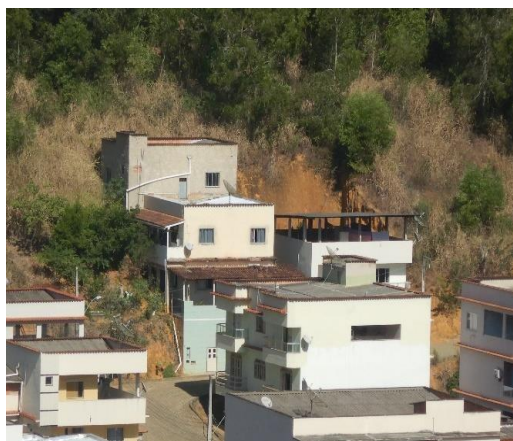


Figura 5 – Construções próximas do talude de corte na sede municipal.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



Figura 6 – Cicatriz de deslizamento.



Figura 7 – Talude de corte atrás de moradia.



Figura 8 – Construções próximas do talude de corte no



Figura 9 – Talude de corte no Distrito de Sapucaia



Outro processo atuante no município e que gera setores de risco é a erosão. Há erosão laminar e erosão de margem fluvial em andamento em certos taludes, o que provoca, cada vez mais, a diminuição da distância do topo do talude em relação à fundação das construções (Figuras 10 e 11).

Figura 10 – Erosão laminar atuando em talude Figura 11 – Erosão de margem fluvial em aterro no do setor 20 setor 21.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



3.2.2 Áreas com risco baixo e médio

Determinadas edificações não foram adicionadas em setores de risco por apresentarem baixo ou médio risco aos processos mapeados na atividade de campo. Também não foram criados novos setores pelo não atendimento aos requisitos estabelecidos nas classificações de risco dos quadros 4 e 5.

É o caso do setor de inundação “ES_MAR_SR_01_CPRM”, mapeado em 2014. O evento de inundação ocorreu em 2013 e atingiu as construções localizadas na planície do Rio Liberdade, que corta o centro da cidade (Figuras 12 e 13). Assim sendo, o evento ocorreu há 10 anos e foge do escopo deste mapeamento de alto e muito alto risco. Contudo, fica a sugestão de monitoramento dessa e de outras áreas similares, como aquela onde há construções próximas ao Córrego da Prata (Figuras 14 e 15) ou a curso d’água no Distrito de Sapucaia (Figuras 16 e 17). Medidas podem ser adotadas para impedir ou mitigar as consequências provocadas por processos hidrológicos nas citadas regiões.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Figura 14 – Construção em planície do Córrego da Prata



Figura 15 – Moradia na lateral do canal do do Córrego da Prata.



Figura 12 – Canal do Rio

Figura 13 – Planície situada na lateral do Rio



Figura 16 – Construção em planície de inundação no Distrito de Sapucaia.

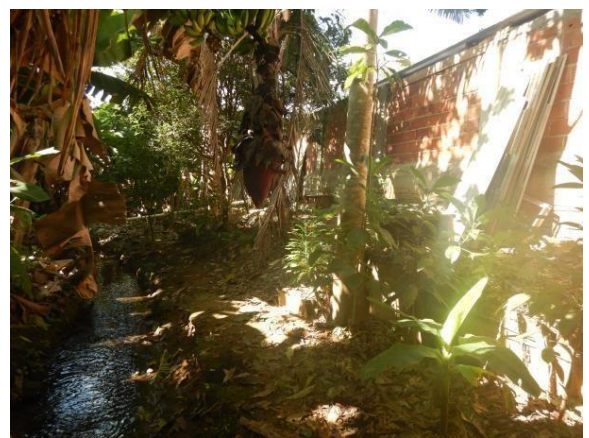


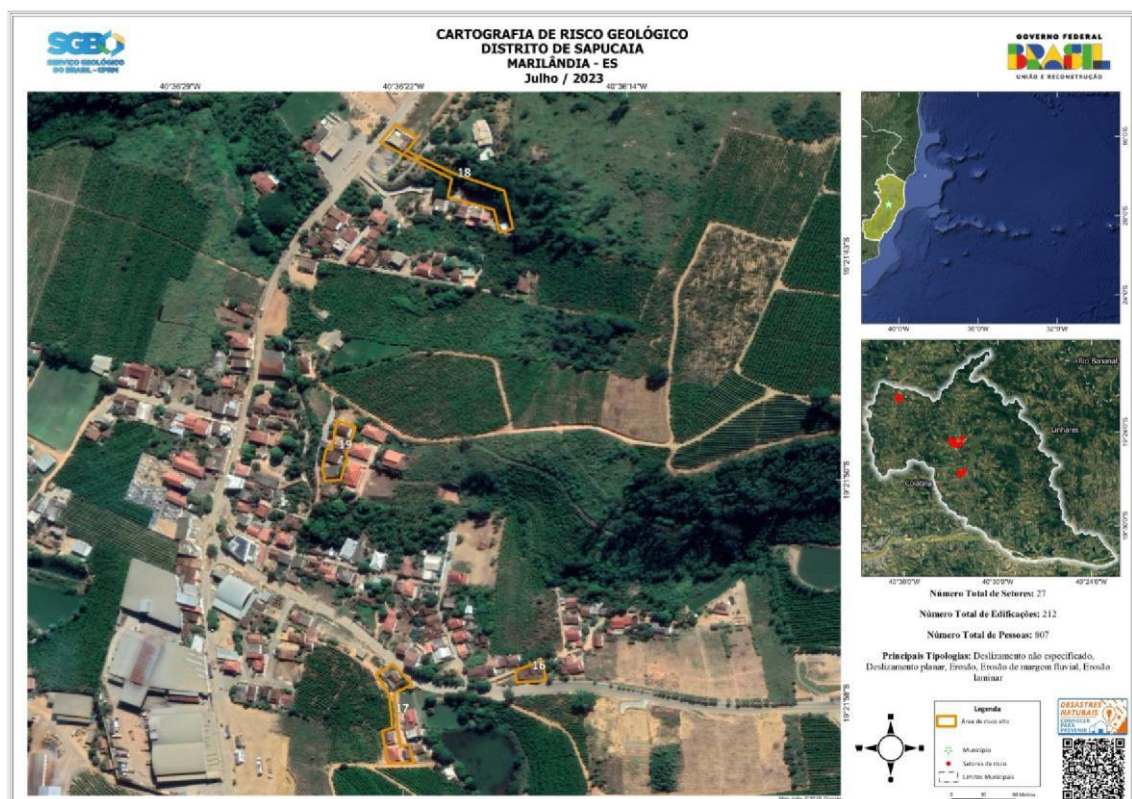
Figura 17 – Moradias em planície de inundação no Distrito de Sapucaia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

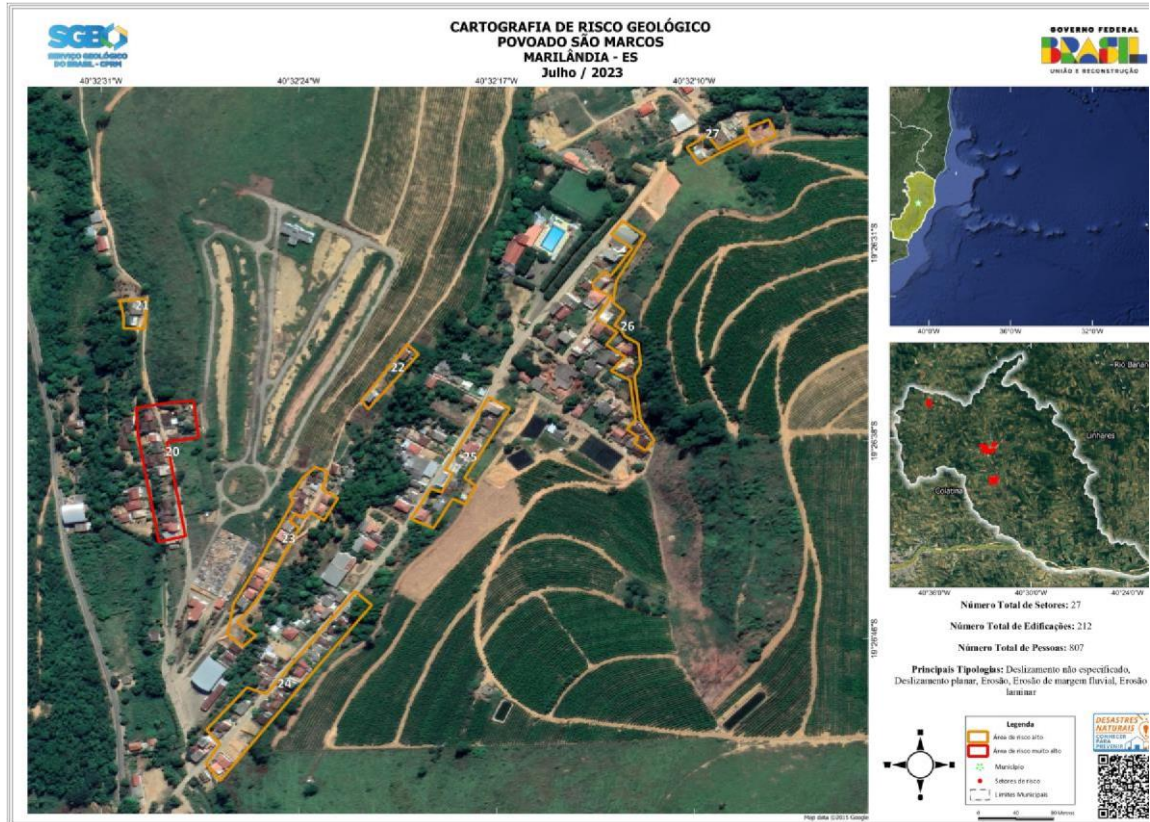


3.2.3 Cartografias de Risco Geológico – Sede e Distritos





PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL





PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

3.2.4 Conclusão do Relatório emitido pelo SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (SGB-CPRM)

Com o mapeamento mais detalhado, o ISR de Marilândia sofreu um ligeiro aumento em relação a 2014: de 648 para 677. Foram identificadas e delimitadas 27 áreas com riscos alto e muito alto no município, estando sujeitas a deslizamentos, erosão laminar e erosão de margem fluvial.

Grande parte dos setores de risco ocorre devido à possibilidade de atingimento de construções residenciais e comerciais por deslizamentos. Esse fato é decorrente do processo de edificação sem acompanhamento técnico especializado. Imóveis são erguidos muito próximos da crista ou da base de amplos taludes de corte sem observar questões relativas à segurança. Deslizamentos são deflagrados durante intensos e/ou prolongados períodos de chuva. Assim sendo, devem ser monitorados e acompanhados com frequência, pois a morfologia da encosta, dinâmica hídrica e parâmetros do solo podem oferecer as condições necessárias para novos eventos em áreas de risco ou em regiões vizinhas.

Em alguns setores os processos erosivos laminares e de erosão de margem fluvial podem levar ao descalçamento de fundações, razão pela qual são necessárias medidas cabíveis para ser evitar a ocorrência de desastres nestas regiões.

Há ocupação das planícies de inundação de cursos d' água no município e algumas moradias apresentam risco médio ao processo. Nestes casos, é recomendado o registro de altura da água e datas das ocorrências para definição da frequência com que as construções são atingidas. Deve-se evitar a diminuição da seção transversal dos canais dos cursos d' água, como ocorre quando há lançamento de entulho e/ou lixo nestas regiões.

A expansão urbana está em andamento, sendo possível que o problema se agrave com o surgimento de novos setores de risco se não houver fiscalização do poder público. É importante ressaltar que o presente relatório é de caráter informativo e representa as condições atuais observadas no momento da visita de campo. Dessa forma, tendo em vista a dinâmica do crescimento urbano e, conseqüentemente, das áreas de risco geológico, é fundamental que o trabalho seja periodicamente atualizado.

3.3 Demais Áreas de Risco

LOCAL	PROBLEMA(S)
Comunidade de Liberdade	Inundação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Comunidade de Alto Liberdade	Inundação
Comunidade de Sapucaia	Inundação
Comunidade de Monte Sinai	Inundação
Comunidade de Córrego Jequitibá	Inundação (Córrego)
Comunidade de Córrego Geremias	Inundação (Córrego)
Comunidade de Santo Hilário	Inundação (Córrego)
Comunidade São Marcos	Escorregamento
Rua José Paier – Bairro Industrial	Escorregamento

4 ESTRATÉGIAS

O Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil será ativado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de riscos previstos. Sejam eles: a evolução das informações climáticas monitoradas, a ocorrência de eventos adversos, a dimensão do impacto ocorrido ou a ocorrer e isto auxiliado com índices que indicam os níveis de chuva, conforme representado abaixo:

	NORMAL	ATENÇÃO	ALERTA	ALERTA MÁXIMO
Últimos 15 minutos	5 mm	10 mm	15 mm	50 mm
1h	...20 mm	30mm	40mm	90mm
4h	...40mm	50mm	60mm	130mm
24h	...80mm	90mm	100mm	210mm
72h	...120mm	130mm	140mm	250mm
96h	...160mm	170mm	180mm	370mm



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

4.1 Plano de Prevenção de Desastres da Defesa Civil

Primeiramente, serão aplicadas algumas medidas de prevenção e em seguida instalados sistemas de alerta e um padrão de ações, devido estes, para o combate da causa dos problemas já vistos.

4.1.1 Medidas Preventivas

- Maior controle da ocupação das áreas de encosta, promovendo a recuperação da mata local ou estabelecendo projetos para novos usos dessas áreas, como, por exemplo, a criação de parques municipais (áreas verdes e de lazer) de acordo com as características ambientais da região;
- Campanhas de educação ambiental para a população, promovendo o entendimento dos prejuízos causados pelo descarte irregular e o acúmulo de lixo nas encostas;
- Campanhas de sensibilização da população para apoiar a Defesa Civil nos momentos de emergência, entendendo a necessidade de evacuações imediatas ou permanentes. Palestras em igrejas, praças e escolas, bem como distribuição de cartilhas e sessões de vídeos com situações de emergência para colaborar com o entendimento;
- Manutenção e limpeza das obras públicas, como muros de contenção e galerias de águas pluviais, evitando o acúmulo de lixo e o bloqueio do sistema de drenagem, plantação de vegetação conforme a situação e retirada de alguns tipos vegetais, como as bananeiras que retém água no solo prejudicando a drenagem do mesmo, controle de vazamentos e infiltrações, como constatado em alguns pontos vistoriados;
- Manutenção adequada e eficiente, por parte da empresa responsável pelo abastecimento e fornecimento de água ao município (SAAE), uma vez que foi constatado em diversos pontos visitados, que deslizamentos podem ocorrer pela ausência de vistorias e manutenção em tubulações rompidas ou mal dimensionadas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

- Vistorias efetivas e periódicas por profissionais da área de engenharia e/ou geotécnica nas áreas que são consideradas de risco, mas que não precisaram, de imediato, de soluções estruturais. E com a necessidade, propor medidas estruturais adequadas e dimensionadas para o município;

4.1.2 Identificação dos Riscos e Monitoramento

A Defesa Civil vem realizando vistorias técnicas, corroborando com o mapeamento e a hierarquização de riscos geológicos associado a ações humanas e naturais, descritos no desenvolvimento do Plano Municipal de Redução de Riscos, bem como o mapeamento do rio Liberdade e do Córrego São Pedro, Rio Timbuí, Córrego Jequitibá e Córrego Geremias, que apresentam históricos de inundações, com objetivo de avaliar as condições de vulnerabilidade em caso de incidência de fortes chuvas, que estão sendo meteorologicamente monitoradas e subdivididas em níveis de aviso, de acordo com a tabela já apresentada acima.

Os serviços de previsão meteorológica (INMET, CPRM, CPDEC, CPTEC, CEMADEN, INCAPER, CCMH), disponibilizarão a previsão do tempo e, se necessário, emitirão alertas em caso de previsões de fortes e contínuas precipitações.

NIVEIS DE AVISO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
VIGILÂNCIA	Momento em que é realizado o monitoramento, ou seja, a rotina de acúmulo de informações das diversas situações que podem gerar ou não um desastre.
ATENÇÃO	Os órgãos municipais ficam sobre aviso da possibilidade de serem chamados para contingência. Todas as providências de ordem preventiva, relativas ao pessoal e ao material, e impostas pelas circunstâncias decorrentes da situação são tomadas pelas diversas chefias, logo que a organização receba a ordem de Sobreaviso. As pessoas envolvidas na emergência permanecem em seu local de trabalho ou em suas residências, mas em estreita ligação com a organização e em condições de poder deslocar-se imediatamente para o local de trabalho, em caso de qualquer eventualidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

ALERTA	Os órgãos municipais e entidades participantes do plano permanecem sempre preparados para sair da sua base, tão logo recebem ordem para desempenhar qualquer missão constante do Plano de Contingência. Quando informada a situação de PRONTIDÃO, todas as pessoas envolvidas no Plano de Contingência deverão comparecer a sua organização no mais curto prazo possível. Todos deverão estar equipados e preparados no interior da organização.
ALERTA MÁXIMO	Os órgãos municipais e entidades participantes do Plano ficam preparados, com todos os recursos necessários à sua base e em condições de deslocar-se e desempenhar as atividades conforme matriz de responsabilidades, dentro do mais curto prazo ou daquele que lhe for determinado pelo Plano de Contingência.

A partir deste monitoramento estão estabelecidos níveis de aviso que deverão ser informados pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil através dos protocolos estabelecidos e assim colocadas em prática às ações padronizadas.

4.1.3 Acionamento dos Recursos

Após a declaração de um dos níveis de aviso, será realizado o plano de chamadas interno da Defesa Civil e será adotado o Sistema de Comando de Operações, em conjunto com a Secretaria Estadual de Defesa Civil, onde será iniciado o gerenciamento das ações iniciais das operações e a análise das necessidades de recursos externos a Secretaria Nacional de Proteção Civil.

4.1.4 Mobilização e Deslocamento dos Recursos

O passo seguinte será adotar os postos de Coordenação Avançados, que irão informar ao Comando a demanda de recursos humanos e materiais necessários às operações de campo. Serão priorizados os recursos necessários ao resgate de vítimas, proteção da população, logística de veículos, restabelecimento dos serviços essenciais e ações de normalização das áreas atingidas.

4.2 Avaliação de um Desastre e Ações de Resposta

A resposta a ocorrências de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos em Marilândia será desenvolvida nas diferentes fases do desastre, no desastre propriamente dito e na desmobilização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

4.2.1 Avaliação de um Desastre

4.2.1.1 Dimensionamento do evento e da necessidade de recursos (avaliação de danos)

Após a concretização do desastre caberá ao Gabinete do Prefeito em conjunto com a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, coordenar as equipes multidisciplinares de avaliação dos danos e prejuízos, possibilitando cadastrar e elencar os recursos necessários às ações de resposta, recuperação e às demais ações continuadas, de atendimento e assistência social.

4.2.1.2 Instalação do Gabinete de Crise

Caberá ao Prefeito instalar o Gabinete de Crise que atuará segundo as diretrizes do Sistema de Comandos de Operações. Participarão deste Gabinete: I. Representantes das secretarias do governo municipal;

- II. Representantes de órgãos estadual e federal que tenham atribuições legais ligadas às ocorrências;
- III. Órgãos de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.

O gabinete de crise poderá convidar especialista ou membros da administração pública direta ou indireta, bem como órgãos públicos de outras esferas e agências especializadas para integrar a equipe de gerência deste gabinete.

Ainda que as decisões emanem dos participantes do Gabinete de Crise, a coordenação geral das ações caberá ao Coordenador de Proteção e Defesa Civil em conjunto com um responsável indicado pelo Prefeito.

A composição deste Gabinete dependerá dos tipos de emergências e desastres enfrentados e da complexidade de cada um.

4.2.1.3 Organização da Área Afetada

Caberá aos órgãos de proteção e defesa civil a organização da cena, ativando preliminarmente as áreas para:

- Posto de comando;
- Áreas de espera;
- Áreas de evacuação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

- Rotas de fuga;
- Pontos de encontro; • Pontos de apoio;
- Abrigos.

Tais ações estarão contempladas na matriz de responsabilidade definida em conjunto com as entidades que compõem o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.

4.2.1.4 Procedimentos Administrativos e Legais decorrentes da situação de anormalidade (Decretação de SE ou ECP e elaboração de documentos)

Caberá a COMDEC, após a avaliação dos danos e prejuízos causados pelo desastre, a confecção dos relatórios de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para subsidiar de informações o Coordenador Especial de Proteção e Defesa Civil de Marilândia, a fim de que este possa assessorar o chefe do Executivo Municipal quanto da necessidade de declarar Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, bem como a confecção de toda a documentação necessária em parceria com a Procuradoria Geral do Município.

4.2.2 Resposta

A coordenação de resposta na fase do desastre será realizada pela Defesa civil municipal e pelos órgãos do Sistema Estadual de Defesa Civil

4.2.2.1 Ações de Socorro

4.2.2.1.1 Busca e Salvamento

As ações serão realizadas pelo Corpo de Bombeiros, com agentes da Defesa Civil, Secretaria Municipais, Polícia Militar, dentre outros, conforme consta na matriz de responsabilidades.

4.2.2.1.2 Primeiros Socorros e atendimento pré-hospitalar

Tais ações serão desenvolvidas em conjunto com o Corpo de Bombeiros e profissionais da área de saúde pertencentes às Secretarias Municipal e Estadual de Saúde.

4.2.2.1.3 Atendimento médico e cirúrgico de urgência



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Caberá as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde, após triagem do nível de gravidade dos afetados, verificar as Unidades de Saúde mais adequadas e transportar feridos para a adoção de atendimentos necessários.

4.2.2.2 Evacuação

Quando for estabelecido o nível de aviso que necessite mobilizar a população para ponto de apoio, a Defesa Civil, através de protocolos existentes em seu procedimento operacional difundirá por meio de carros de som, apitos ou outras formas.

A retirada dessa população será auxiliada pelos agentes de Defesa Civil e poderá contar com apoio das Secretarias Municipais, Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDECS e agentes comunitários de saúde, além de voluntários cadastrados na Coordenação de Proteção e Defesa Civil.

4.2.2.3 Assistência às Vítimas

4.2.2.3.1 Cadastramento

Caberá a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMASC, o cadastramento da população afetada pelo desastre.

4.2.2.3.2 Abrigamento

Considerando as edificações que disponham de instalações físicas e hidrosanitárias, caberá a SEMASC, com apoio da Secretaria de Educação e da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, estabelecer os locais de implantação de abrigos temporários, que estarão diretamente relacionados à intensidade dos eventos de desastres. Nesses locais, serão atendidos os munícipes que tiverem sua edificação em local de risco, danificada e/ou destruída, comprovadamente pela vistoria técnica da Defesa Civil e equipe técnica de engenharia, com laudo de interdição, no caso em que o munícipe não tenha lugar algum para se abrigar, seja em caso de parentes ou amigos.

A responsabilidade, ativação e administração dos abrigos temporários será da SEMASC, em conjunto com a Defesa Civil.

4.2.2.3.3 Recebimento, organização e distribuição de doações

Caberá a SEMASC a coordenação do recebimento, organização e distribuição de donativos.

4.2.2.3.4 Manejo de vítimas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

As ações de manejo de vítimas em decorrência do desastre – recolhimento de cadáveres, transporte, identificação e liberação para funerais – deverão ser realizados em conjunto com Serviço Médico Legal e o Ministério Público.

4.2.2.3.5 Atendimento aos grupos com necessidades especiais (crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiência física, etc ...)

As ações direcionadas para os grupos de necessidades especiais dar-se-ão em conjunto com as Secretarias Municipais de Assistência Social e Cidadania e de Saúde.

4.2.2.3.6 Mobilização adicional de recursos

Após o gerenciamento das ações e articulação dos recursos iniciais, serão acompanhadas e analisadas outras necessidades pelos postos avançados, que irão informar a demanda de novos recursos necessários às operações de campo.

4.2.2.4 Solicitação de recursos de outros níveis (estadual e federal)

Caberá ao Gabinete de Crise, avaliando as necessidades de suplementações de recursos, a articulação e solicitação dos recursos extraordinários, de acordo com as competências e atribuições dos órgãos.

4.2.2.5 Suporte às operações de resposta

O Gabinete de Crise e a Coordenação Especial de Proteção e Defesa Civil serão responsáveis pela coordenação dos suportes às entidades e órgãos que atuarão nas operações de resposta ao desastre.

4.2.2.6 Atendimento ao cidadão e à imprensa (informações sobre os danos, desaparecidos e outros)

Ficará sob a responsabilidade do Gabinete do Prefeito, através do Setor de Comunicação Social, a divulgação das informações relacionadas ao desastre. Para tanto todos os órgãos deverão concentrar as informações e encaminhar para o Gabinete do Prefeito.

5 REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS

5.1 Recuperação da infraestrutura

Caberá à Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Secretaria Municipal de Planejamento e Governo, Secretaria Municipal de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Administração e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, o planejamento, licitações, contratações e a execução das obras de recuperação de infraestrutura.

Caberá à Secretaria de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, em conjunto com as concessionárias de serviços essenciais, tais como SAAE, Oi, Vivo, entre outras, conforme matriz de responsabilidades, o restabelecimento dos serviços essenciais.

6 ATRIBUIÇÕES

6.1 Atribuições Gerais

São responsabilidades gerais dos órgãos envolvidos no Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil de Marilândia:

1. Manter um plano de chamada atualizado do pessoal para execução das atividades previstas na Matriz de Responsabilidades;
2. Desenvolver e manter atualizados os procedimentos operacionais padronizados necessários para as realizações das tarefas atribuídas a cada órgão;
3. Preparar e programar convênios e termos de cooperação necessários para participar do plano;
4. Identificar e suprir as necessidades de comunicação para a realização de tarefas atribuídas;
5. Identificar fontes de equipamentos e recursos adicionais para a realização das tarefas atribuídas;
6. Prover meios de garantir as continuidades das operações, incluindo o revezamento dos responsáveis em caso de aumento de demandas e processos continuados;
7. Identificar e prover medidas de segurança para o pessoal empregado nas atividades de resposta.

6.2 Preparação para a Emergência e Desastre:

Desenvolvimento institucional de recursos humanos, científico-tecnológico, mobilização, monitoramento, alerta e alarmes, aparelhamento, apoio logístico entre outros;

6.3 Resposta aos Desastres:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Mobilização imediata da equipe de resgate, retirada dos escombros, prioridade para resgate da população em risco, assistência para os habitantes atingidos (remoção para abrigos provisórios).

6.4 Reconstrução

Restabelecimento de serviços essenciais, o bem-estar da população e a moral social.

7 MEDIDAS A SEREM TOMADAS EM HIPÓTESE DE DESASTRE

7.1 Isolamento e segurança da área atingida

Órgãos vocacionados:

- Polícia Militar
- Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos

7.2 Busca e salvamento na ocorrência de sinistros

Resgate das vítimas:

- Corpo de Bombeiros Militar

7.3 Atendimento pré-hospitalar

Órgãos vocacionados:

- Corpo de Bombeiros Militar
- Secretaria Municipal de Saúde
- Suporte básico do Pronto atendimento Municipal e hospitais

7.4 Atendimento médico hospitalizado

Órgãos vocacionados:

- Pronto Atendimento Municipal
- Hospital Silvio Avidos
- Hospital e Maternidade São José



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

- UNIMED
- Casa de Saúde Santa Maria
- Hospital São Bernardo
- Hospital Santa Casa de Misericórdia

7.5 Cadastramento das vítimas

Órgãos vocacionados:

- Secretaria Municipal de Saúde
- COMPDEC

7.6 Divulgação de informações para a imprensa

Órgão vocacionado:

- Gabinete do Prefeito (Setor de Comunicação Social)

7.7 Ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológica

Órgãos vocacionados:

- Secretaria Municipal de Saúde
- CCZ (Centro de Controle de Zoonoses de Colatina)

7.8 Reabilitação dos Serviços Sociais

Órgãos vocacionados:

- ELFSM (Empresa de Luz e Força Santa Maria S.A)
- SAAE
- OI / GVT
- TELEFÔNICA VIVO
- TIM
- OPA NET
- PLENA TELECON

7.9 Descontaminação, Desinfestação e Desinfecção das Áreas Atingidas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Órgãos vocacionados:

- Secretaria Municipal de Saúde
- SESA (Secretaria Estadual de Saúde)
- Secretarias Municipais e Estaduais relacionadas com a natureza do meio ambiente (IEMA e SEAMA)
- SAAE

7.10 Remoção, Identificação, Tratamento e Sepultamento de Cadáveres

Órgãos vocacionados:

- IML (Instituto Médico Legal)
- Polícia Civil (Polícia Técnico-Científica)
- Cemitério de Central de Marilândia
- Cemitério do Distrito de Sapucaia
- Cemitério de Monte Sinai
- Cemitério de Alto Liberdade
- Cemitério de São Marcos
- Cemitério de São Pedro
- Cemitério e Patrão Mor

7.11 Avaliação de Danos

Órgãos vocacionados:

- Secretarias Municipais e Estaduais nas demandas que lhes forem afins.
- Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC

8 ORGANIZAÇÃO NO ACIONAMENTO DOS ORGÃOS ENVOLVIDOS NO ATENDIMENTO AO DESASTRE

Os diversos órgãos envolvidos nas operações de emergência serão comunicados de forma otimizada e ordenada de modo que contemple todos os recursos necessários dispostos de acordo com o Sistema de Comando e Operações – SCO

Com a identificação das anormalidades, os órgãos acionados deverão imediatamente mobilizar-se com as medidas cabíveis a eles, de acordo com a missão de cada um.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

De forma coordenada e organizada, o conjunto de esforços se transmitirá na redução do impacto sofrido pela população, as respostas às operações de emergência ou desastres, serão desempenhadas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

As chamadas atendidas no (27) 9 9612.8021, são agilmente repassadas para o papel para haver o controle de dados, para uma futura visita afim de uma solução rápida.

9 SCO - SISTEMA DE COMANDO EM OPERAÇÕES

O comando é responsável pelas ações como um todo, e estabelece os objetivos e prioridades para a operação.

O uso do SCO pelos órgãos e agências que responde a eventos de alto risco incorpora obrigatoriamente o conceito do comando unificado quando mais de uma instituição ou jurisdição é responsável pela resposta ao evento.

Em situações críticas, a COMPDEC deverá instalar o Sistema de Comando em Operações – SCO, para melhor planejamento e gerenciamento dos recursos, objetivando a mitigação do desastre.

Ao ser acionado o SCO, imediatamente cabe ao comando:

Avaliar a situação preliminarmente e introduzir as ações voltadas para segurança da operação e obtenção de informações, levando em consideração os procedimentos padronizados e planos existentes;

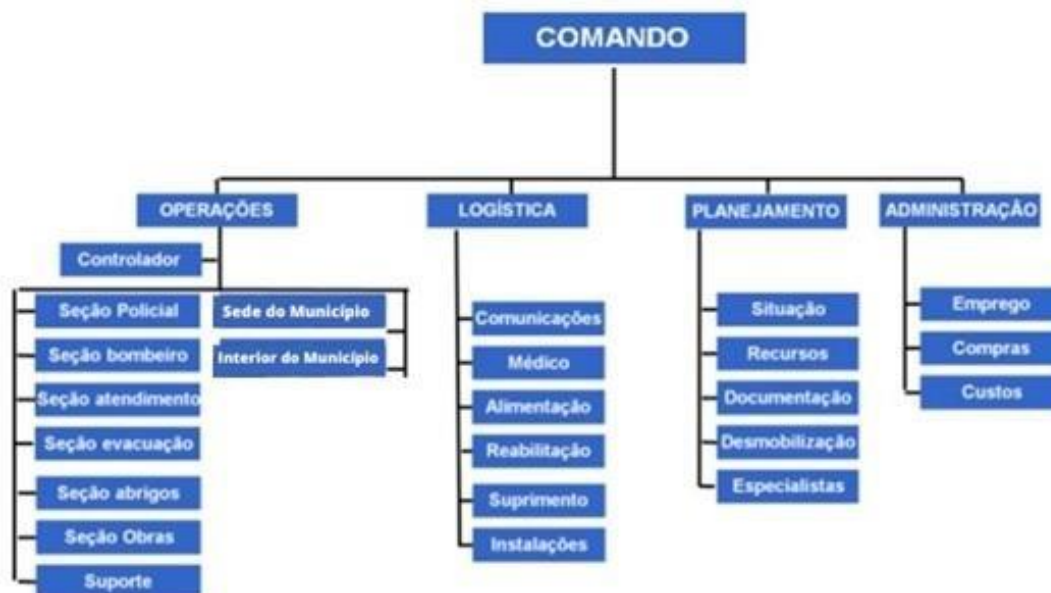
Estabelecer um Posto de Coordenação e comunicar aos recursos e superiores envolvidos sobre sua localização.

Estabelecer uma área de espera e designar um encarregado, comunicando aos recursos a caminho sobre o local.

10 ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE COMANDO EM OPERAÇÕES – SCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



11 RELAÇÃO DOS ORGÃOS MUNICIPAIS

Órgãos	Telefones	Responsável
Diretoria de Proteção e Defesa Civil		Edson Rodrigues
Gabinete do Prefeito	3724-2974	Andréa Chiesquini P. Zagotto
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos	3724-1921	Lidiane de Souza
Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural	3724-1909	Clovis José Tessarolo
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer		Gildo Alberto Bozetti
Secretaria Municipal de Administração	3724-2964	Giseli Rosalino Dias Tozzi
Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE	3724-1271	Marcos Ramon Vettoraci
Secretaria Municipal de Finanças	3724-2965	Ana Paula Astori Ferreira



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Secretaria Municipal Planejamento, Governo e Desenvolvimento Econômico	3724-2959	Maikel Guerini Altoé
Secretaria Municipal de Educação	3724-2971	Lislayne Camatta Mileri
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania	3724-2961	Michel Bertolo
Secretaria Municipal de Saúde	3724-2952	Alcione Boldrini Monechi
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	27-99728.6553	Silvano José Dondoni
Secretaria Municipal de Controle e Transparência	3724-2957	Luiz Junio Gonçalves Marinho
Procuradoria Geral do Município	3724-2969	Isadora do Carmo Junca

12 COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (Decreto 5865 de 14/03/2025)

12.1 Diretor

- Edson Rodrigues

12.2 Gerente de Operação

- Marcos Ramon Vettoraci

12.3 Gerente de Logística

- Gildo Alberto Bozzetti

12.4 Gerente de Prevenção e Preparação

- Lidiane de Souza



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

12.5 Agentes de Proteção e Defesa Civil

NOME	TELEFONE
Clovis José Tessarolo	
Maikel Guerine Altoé	
Jadir Teixeira de Souza	
Leonardo Maier	
Josemar Rossatti	
Uarley José Simplício Rodrigues	
Leandro Souza Rocha Natalino Altoé	

12.6 Corpo de Voluntários

NOME	TELEFONE
Josué Batista da Silva	
Ana Carolina Caldara	
Alvécio Altoé	
Clovis Antônio Caliman	
Américo da Silva Moraes	

13 ÁREAS PARA ABRIGO TEMPORÁRIO

PRÉDIOS PÚBLICOS	LOCALIDADE	ÁREAS
EEEFM Padre Antônio Volkers	Av. Dom Bôsko, 782 - Centro, Marilândia - ES, 29725-000	Escola, quadra e auditório
Escola Maria Izabel Falcheto	R. Sete de Setembro - Centro, Marilândia - ES, 29725-000	Escola, quadra e auditório
Escola família agrícola	R. Izaudino Camata, 150 - Marilândia, ES, 29725000	Escola

14 HELIPONTOS

	LOCALIDADE	COORDENADAS	ÁREAS
--	-------------------	--------------------	--------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Estádio Municipal Cleber Roque Bertoldi	Rua Guilherme Passamani, s/n Bairro	-19.408043 -40.539710	Campo de futebol área fechada
Campo da Escola Família Agrícola de Marilândia	Rua Izaldino Camata, 150, Centro	-19.411250 -40.541728	Campo de futebol área aberta
Campo do Espaço Verde	Rua Dionísio Falchetto, Centro	-19.407359 -40.548380	Campo de society área fechada
Campo da Comunidade de Liberdade	Alto Liberdade	-19.365241 -40.539049	Campo de futebol área aberta
Campo de Futebol de Sapucaia	Rua Franklin Antônio da Silva - Sapucaia	-19.363178 -40.608914	Campo de futebol área aberta